



OLHARES

REVISTA DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - UNIFESP

INVESTIGAÇÃO DE RACISMO NO DISCURSO DE CRIANÇAS A PARTIR DE UM JOGO

INVESTIGACIÓN DE RACISMO EN EL DISCURSO DE NIÑOS A PARTIR DE UN JUEGO

INVESTIGATION OF RACISM IN CHILDREN'S DISCOURSE THROUGH A GAME

Jamylle Adrianne de Lima Silva
Universidade de Pernambuco
jamyllealsilva@gmail.com

Claudimara Chisté Santos
Universidade de Pernambuco
claudimara.chiste@upe.br

Érika de Sousa Mendonça
Universidade de Pernambuco
erika.mendonca@upe.br

Ana Karolyne Florencio Amorim
Universidade Federal da Paraíba
karollyne_amoriim@hotmail.com

Resumo: O cotidiano da sala de aula, da atuação em Psicologia Escolar ou Clínica envolve alguns recursos, dentre eles os jogos de tabuleiro. Estes instrumentos podem ser utilizados de forma lúdica, mas também podem ser úteis para intervenções ou para investigações científicas, a depender da intenção da(o) profissional. Esta pesquisa teve como objetivo analisar o discurso de crianças em relação a características fenotípicas de figuras pretas, pardas e brancas. Para tanto, foi utilizada a Análise do Discurso francesa. Compuseram o estudo 10 crianças de 11 anos, sendo seis do sexo feminino e quatro do sexo masculino, que jogaram uma adaptação do jogo Cara-a-Cara e depois participaram de uma entrevista semiestruturada. Os dados coletados foram analisados através do software IRaMuTeQ e da Análise do Discurso. O estudo revela expressões do racismo à brasileira, incluindo narrativas de democracia racial e de branqueamento, bem



como o silenciamento do uso das palavras “negro” e “crespo”. Logo, a discriminação fica exposta, porém, de modo naturalizado e não-explicito.

Palavras-Chave: Racismo. Educação. Análise de Discurso.

Resumen: El día a día del aula, del trabajo en la Escuela o en Psicología Clínica implica algunos recursos, entre ellos los juegos de mesa. Estos instrumentos pueden utilizarse de forma lúdica, pero también pueden ser útiles para intervenciones o investigaciones científicas, según la intención del profesional. Esta investigación tuvo como objetivo analizar el habla de los niños en relación con las características fenotípicas de figuras negras, pardas y blancas. Para ello se utilizó el Análisis del Discurso Francés. Participaron diez niños de 11 años, seis del sexo femenino y cuatro del sexo masculino, quienes jugaron una adaptación del juego Adivina Quién y luego realizaron una entrevista semiestructurada. Los datos recopilados se analizaron utilizando el software IRaMuTeQ y Análisis del Discurso. El estudio revela expresiones del racismo brasileño, incluidas narrativas de democracia racial y blanqueamiento, así como el silenciamiento del uso de las palabras “negro” y “crespo”. Por tanto, la discriminación se expone, sin embargo, de forma naturalizada y no explícita.

Palabras clave: Racismo. Educación. Análisis del Discurso.

Abstract: The daily routine in classrooms and the practice of School or Clinical Psychology often involve various tools, including board games. These instruments can be used for recreational purposes, but they can also be useful for psychological interventions or scientific investigations, depending on the professional's intent. This research aimed to analyze children's discourse regarding the phenotypic characteristics of black, mixed-race, and white figures. To achieve this, French Discourse Analysis was employed. Ten 11-year-old children participated, including six girls and four boys, who played an adapted version of the game Guess Who and then participated in a semi-structured interview. The collected data were analyzed using the IRaMuTeQ software and Discourse Analysis. The study reveals expressions of Brazilian-style racism, including narratives of racial democracy and population whitening, as well as the silencing of the use of the words "black" and "curly." As a result, discrimination is exposed, though, in a naturalized and non-explicit manner.

Keywords: Racism. Education. Discourse Analysis.

Introdução

Sabe-se que o racismo é parte da história do Brasil e, da forma como se tece a conjuntura social deste país atualmente, segue impresso no cotidiano de todas as pessoas e, principalmente, daquelas que são negativamente afetadas por ele. Assim é que formas de expressão (e negação) do racismo vem se atualizando, de modo a garantir sempre um espaço no discurso dos sujeitos através da ideologia contemporânea, seja ela qual for (Almeida, 2019). Aponta ainda que as formas tradicionais de racismo no Brasil têm se tornado escassas e que, sob um olhar desatento ou perverso, muitas pessoas defendem que ele já foi superado ou está muito perto disso. Logo, o racismo não está extinto, mas atua por meio de um funcionamento mais complexo e, por isso, é preciso ter um olhar mais investigativo, reflexivo e menos ingênuo para enxergá-lo. Sendo



assim, de que forma o discurso sobre pessoas pretas, pardas e brancas é constituído? Este discurso apresenta racismo?

A partir deste ponto de vista, esta pesquisa foi desenvolvida à luz da Análise do Discurso (AD), com os dados coletados a partir da adaptação de um jogo - o Cara-a-Cara -, criado pela empresa Estrela, em 1986.

O estudo teve como objetivo analisar o discurso de crianças em relação a características fenotípicas de figuras pretas, pardas e brancas. Procurou-se, mais especificamente: (1) identificar palavras utilizadas para se referir aos traços físicos das personagens, (2) verificar a existência de expressões de racismo no discurso dos(as) participantes, e (3) investigar a potência do jogo Cara-a-Cara para pesquisa e intervenção antirracista.

Aqui, fala-se em raça enquanto recorte analítico para compreender as relações de poder que se dão entre grupos raciais distintos. Ela é uma categoria relativamente móvel, composta por aspectos políticos, morais e fenotípicos, que servem como marcador para a diferenciação, hierarquização e subjugação de pessoas não-brancas, fenômeno que produz disparidades de bens materiais e simbólicos entre os grupos raciais e fornece privilégios à população branca (Guimarães, 1999; Bento, 2017; Bisol, 2020).

A partir dos objetivos aqui colocados, o trabalho foi estruturado abordando, no primeiro momento, os movimentos ideológicos da história recente do Brasil que foram determinantes para o contexto atual das relações inter-raciais neste país. Em seguida, fala-se sobre alguns conceitos da Análise do Discurso (AD) que se fizeram especialmente necessários para esta investigação, como o discurso e o silêncio. Por fim, os resultados encontrados no estudo de campo foram discutidos e inter relacionados com a AD e o contexto histórico.

O Brasil começou a ser colonizado no ano de 1.500 e a chamada abolição da escravatura deu-se em 1888, ou seja, há pouco mais de 130 anos, o que configura mais de três séculos de subjugação legal do povo negro. Quando da abolição da escravatura, a quantidade de povos escravizados trazidos da África passou a ser um problema, pois o contingente de negros residentes no Brasil o empretecia em demasia e dificultava o seu projeto de civilização - leia-se europeização. No final do século XIX, a ideologia do branqueamento ganhou força nestas terras (Hofbauer, 2000; Bento, 2017).

Os cientistas brasileiros desta época trocaram as teses raciais clássicas, nas quais defendiam a pureza das raças, por uma que poderia se adequar à nossa realidade mestiça. Inspirados na teoria darwinista passaram, então, a defender que os mestiços poderiam agregar em si o melhor de cada uma das raças, na direção de extinguir a raça negra, devido ao seu caráter inferior. Deveria, então, ser produzida uma sociedade cada vez mais branca, mas que ao mesmo tempo resguardasse as melhores características dos povos brancos e



negros, formando assim uma “raça superior”. Baseado nessas discussões pseudocientíficas o Estado instaurou a política de branqueamento, por meio da qual incentivava a imigração de europeus para as terras brasileiras, chegando até a fomentar os custos das viagens de muitos deles (Batista, 2023; Schucman, Martins, 2017).

Esta ideologia chegou até o século XX e teve como um dos principais responsáveis por sua difusão o sociólogo Gilberto Freyre que, apesar de não ter utilizado exatamente o termo “democracia racial”, defendia que os mestiços seriam uma espécie de ponte entre as raças puras, e que era a diversidade do povo brasileiro que construía a identidade dessa nação (Batista, 2023). Concomitantemente a esta visão, o médico e antropólogo João Baptista Lacerda afirmava que, em 1911, devido à imigração e à “seleção sexual”, em 100 anos a raça negra estaria extinta e, enfim, a questão racial no Brasil estaria resolvida (Santos; Maio, 2004).

A política de branqueamento foi e continua sendo uma importante operadora do silêncio censurador que recai sobre a questão racial no Brasil. Quanto a isso Bisol (2020, p. 131) defende que:

o modelo brasileiro de democracia racial, aparentemente embasado em ideais igualitários, também alimenta fenômenos de discriminação racial, na medida em que desconhece a identidade da população negra.

Observa-se que, atualmente, no lugar da igualdade racial ou da criação de uma raça de mestiços que superasse as raças “puras”, foi construída nestas terras uma hierarquia complexa, que estipula que quanto mais próximo do fenótipo branco europeu, melhor, e que quanto mais próximo do fenótipo negro africano, pior (Munanga, 2024; Cunha, 2025). No entanto, a aparência não é o único fator de enquadramento racial, pois as posições sociais, econômicas e morais podem embranquecer ou empretecer os sujeitos (Bisol, 2020).

De meta do Estado à recomendação feita por intelectuais, o racismo vai historicamente alterando suas formas e se transformando em um “racismo à brasileira” (Marques Junior, 2021), terminologia utilizada para designar um racismo difícil de ser identificado, sem autores autodeclarados, mas eficaz quanto ao seu propósito de manter e produzir desigualdades entre as raças. Como afirma Guimarães (1999, p. 67), “trata-se de um racismo sem intenção, às vezes de brincadeira, mas sempre com consequências sobre os direitos e as oportunidades de vida dos atingidos”.

Sacco, Couto e Koller (2016) chegaram à conclusão de que há um número relativamente baixo de artigos encontrados nas produções acadêmicas sobre o tema - 66, e as falhas metodológicas presentes em muitos deles demonstram



que o assunto não está saturado, pelo contrário, carece de maior investimento dos pesquisadores.

Outros autores (Dahia, 2010; Vrijdags; Lima; Vala, 2004; Pereira; Torres; Almeida, 2003; Pires, 2010), a partir de estudos empíricos sobre o preconceito racial e o racismo brasileiros, afirmam que ele persiste nesta sociedade, porém encontra-se disfarçado pelo discurso de igualdade social e se expõe de modo sorrateiro, por vezes através de piadas racistas e deboche. Observaram ainda que os brasileiros afirmam que existe racismo no país, porém não se reconhecem enquanto racistas, responsabilizando a sociedade - de modo impessoal - por este fenômeno.

Configura-se, portanto, um cenário ambíguo a partir do qual há um discurso hegemônico de igualdade, ao mesmo tempo em que o racismo atravessa todos os espaços sociais capciosamente. Há um consenso entre esses estudos quanto a uma mudança nas formas tradicionais de racismo, devido à recente inserção de normas sociais antirracistas que desestimulam os indivíduos a expressá-lo de modo aberto, mas que não impedem que ele se mantenha de outros modos (Modesto et al., 2017; Marques Junior, 2021).

Nessa direção, a tentativa de velamento aparece como forte característica do racismo brasileiro, sendo observada por pesquisadores de diferentes áreas e apontada como um dos motivos pelos quais é difícil dirimir a desigualdade entre raças. Evidencia-se, também, que a miscigenação, a política de branqueamento e a ideologia da democracia racial não extinguiram o racismo no Brasil, mas o levou a um modo mais complexo de funcionamento. Para a Análise do Discurso, três dimensões são essenciais: o sujeito, a história e a linguagem, sendo a primeira atravessada pelas outras duas. Assim, o sujeito desta perspectiva teórico-metodológica é materialmente dividido, pois é ao mesmo tempo sujeito “de” e sujeito “à”. Em outras palavras, produz e é produzido pelo discurso (Orlandi, 2009; 2007a). Segundo a autora, o discurso é efeito de sentido entre locutores, pois é o ponto de contato entre a ideologia, o inconsciente e a linguagem. Assim, o sujeito que fala acredita ser a origem daquilo que diz, mas na verdade não é, pois para que ele falasse, foi necessário que um outro sujeito, em um outro momento histórico falasse primeiro. Tem-se, portanto, o interdiscurso, que é o que foi historicamente dito, que possibilita o dizer em dado momento. Além disso, tem-se o intradiscurso, que é o dizer em andamento (Orlandi, 2009), neste caso, são os relatos verbais que compõem o corpus da pesquisa.

As palavras em si não possuem sentido, visto que “a linguagem é linguagem porque faz sentido. E a linguagem só faz sentido porque se inscreve na história” (Orlandi, 2009, p.25). Logo, o sentido não existe em si, ele é marcado pelas posições ideológicas e se dá em uma determinada relação entre língua e



história, tendo o sujeito como locutor desta associação.

Tanto o discurso significa, como também o silêncio, pois ele não é o nada, o vazio ou a morte do discurso. Ele é o espaço que possibilita a fala, já que antes do momento da enunciação, do dizer, há infinitas possibilidades. No entanto, apenas uma delas virá a ser dita. Logo, para que algo seja dito, outra coisa precisa ser silenciada (Orlandi, 2007b). O silêncio não é o implícito, uma vez que no último caso o não-dito remete ao dito, já o silêncio está inclusive nas palavras ditas, haja vista que o discurso serve para comunicar e para não-comunicar.

Este silêncio é estrutural, logo está sempre presente, mas em alguns momentos opera pela via da censura. Isso porque algo sempre precisa ser calado, mas a escolha do que é silenciado e do que é dito não passa impune às relações políticas, sociais e históricas, ou seja, ao interdiscurso (Orlandi, 2007b; Tfouni, 2008).

Desta forma, a censura é uma estratégia política e produz interdições. Ela é um fato de linguagem e produz efeitos enquanto política pública de fala e de silêncio. Assim como todo processo discursivo, a censura se realiza necessariamente pelo sujeito, mas não se origina nele. Pois, como já dito, ao falar o sujeito se divide, sua fala é também a fala dos outros (Orlandi, 2007b).

É a partir desta base teórico-metodológica que serão aqui analisados os discursos dos(as) participantes do estudo sobre a questão racial, de modo a observar o sentido que se constitui entre o que eles falaram e as bases histórico-discursivas anteriores que possibilitaram cada dizer. Mas, também, as fissuras discursivas que nos permitem observar aquilo que foi silenciado é levado em consideração.

A investigação delineada no próximo tópico toma como ponto de partida este campo de visão e complexidades. Neste sentido, ela pode somar-se aos estudos anteriores ao verificar a presença ou o funcionamento do fenômeno junto a um perfil específico estudado. Também pode colaborar para um aprofundamento das pesquisas sobre o tema, principalmente daqueles que utilizam procedimentos lúdicos em investigações científicas, com potencial para enfrentar as tentativas de encobrimento do racismo.

1. Método

Esta pesquisa foi embasada pela Análise de Discurso francesa, realizada com alunos do Ensino Fundamental de uma escola municipal, situada em um bairro periférico de uma cidade do agreste de Pernambuco. As pesquisadoras já haviam desenvolvido outros trabalhos na referida instituição, como extensões universitárias e pesquisas de Iniciação Científica e, dado o vínculo já



estabelecido, a gestão escolar aceitou o desenvolvimento do presente estudo. Vale ressaltar que o laço prévio era com a instituição e não com as(os) participantes desta pesquisa, uma vez que, com estes, nenhum trabalho havia sido realizado até então.

Deste modo, colaboraram dez crianças de 11 anos, sendo seis do sexo feminino e quatro do sexo masculino. Escolhidos em função da idade, os(as) participantes foram convidados(as) a compor a pesquisa de acordo com a ordem em que apareciam nas listas de alunos(as) por turma, que foi cedida às pesquisadoras pela coordenação da escola, até que se chegou ao número de dez participantes. Todos os procedimentos basearam-se nas determinações éticas da Resolução nº 510/2016 (CNS, 2016), estando a pesquisa aprovada no Comitê de Ética com o CAAE 91847318.6.0000.5207.

Como instrumento de coleta de dados, foi utilizada uma versão adaptada do jogo Cara-a-Cara, apresentado na Figura 1.

Figura 1 – Tabuleiro adaptado do Jogo Cara-a-Cara



Fonte: dados da pesquisa.

Havia um tabuleiro colorido impresso em folha A4, que continha um total de 18 desenhos, correspondendo aos rostos de nove meninos e de nove meninas. Para manter o foco nas questões fenotípicas, foram considerados apenas gêneros feminino e masculino, mas é possível em pesquisas futuras ampliar o escopo de investigação. Havia, para cada gênero, uma figura com as



seguintes características: (1) cabelo castanho, crespo e pele parda; (2) cabelo castanho, liso e pele branca; (3) cabelo preto, cacheado e pele preta; (4) cabelo castanho, ondulado e pele parda; (5) cabelo castanho, cacheado e pele branca; (6) cabelo preto, crespo e pele preta; (7) cabelo castanho, cacheado e pele parda; (8) cabelo loiro, liso e pele branca; (9) cabelo preto, liso e pele preta. Os desenhos foram extraídos de um questionário construído no estudo de Máximo et al. (2012) e utilizados para construir uma variação do Cara-a-Cara, um jogo de tabuleiro, tendo sido acrescentadas duas figuras femininas com cabelos crespos. Além do tabuleiro em folha A4, havia cartas avulsas contendo as mesmas figuras, para que uma fosse sorteada a cada rodada. O material do jogo consiste em: (1) 18 cartas com os rostos, que ficam no tabuleiro. Neste caso, o “tabuleiro” era uma folha impressa com os 18 personagens; (2) 18 cartas – repetidas, idênticas às do tabuleiro – que ficam em um monte separado.

Na versão mais simples, que foi a utilizada na produção dos dados, a pesquisadora escolheu aleatoriamente uma carta do monte e a escondeu da criança. A instrução fornecida aos participantes foi: “Você vai ter esta folha na sua frente e deve observar os rostos que estão nela. Eu vou ter, na minha mão, escondido de você, uma carta com apenas um dos rostos. Seu objetivo é descobrir qual carta está comigo. Você deverá fazer perguntas para mim sobre as características dos personagens e eu só posso responder ‘sim’ ou ‘não’. A meta do jogo é você ir colocando um “x” em todas as personagens que você sabe que não estão na minha mão, de forma a sobrar apenas uma e você descobrir quem é”.

As crianças foram convidadas individualmente para a sala de leitura, onde participaram de três rodadas, de modo a dar tempo para que aprendessem a regra do jogo e criassem estratégias. Depois das partidas, foi realizada a entrevista semiestruturada. Este segundo instrumento tinha o seguinte roteiro de perguntas: “o que você achou do jogo?” e “o que você achou das figuras?”. Durante o processo os participantes expressaram-se espontaneamente e tiveram como estímulo a folha do jogo e as perguntas da entrevista, além daquelas que foram feitas sempre que surgia dubiedade durante as partidas. Não foi feita nenhuma pergunta direcionada aos fenótipos.

Todas as falas foram gravadas, transcritas e inseridas no software de processamento de dados textuais IRaMuTeQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires) - (Camargo; Justo, 2018; Souza et al., 2018). Além disso, o material foi analisado, como já mencionado, à luz da Análise do Discurso (Orlandi, 2005; 2007a; 2007b), que entende o discurso como prática da linguagem e a concebe como a intermediação entre o homem e a realidade social.

Sendo assim, serão agora apresentados os dados encontrados a partir do



jogo Cara-a-Cara adaptado, investigados através da Análise do Discurso e do Iramuteq, de modo a atender o objetivo de analisar os discursos das crianças em relação a características fenotípicas de figuras pretas, pardas e brancas.

2. Análise e resultados

O Iramuteq permitiu responder ao primeiro objetivo específico, que era identificar palavras utilizadas pelos(as) participantes para se referirem aos traços físicos das personagens. Por isso, optou-se pela análise de similitude, pois ela permite observar as co-ocorrências entre as palavras, de modo que as inervações exibem as associações entre uma palavra e outra; também foi analisada a frequência dos termos (Camargo; Justo, 2018).

Para tanto, foram lançadas dez entrevistas no software, cada uma identificada enquanto um texto e o conjunto destes textos compôs o corpus de análise. Assim, foi apontada a utilização de 510 palavras diferentes, que ocorreram 3807 vezes. No entanto, nem todas elas referiam-se às características que interessavam a este estudo, como por exemplo, quando uma participante pergunta “a bonequinha que você escolheu tem orelha?” sic. Então, para produzir imagens que respondessem aos objetivos da pesquisa, algumas classes de palavras foram identificadas como inativas. Como ativas foram mantidos apenas os adjetivos, os substantivos, as formas não reconhecidas e os verbos. Ainda, para evitar a poluição visual, foram excluídos os nomes das personagens, os verbos que não se relacionavam com as características das figuras e algumas expressões com frequência alta como “né” e “só”, além de artigos e preposições. Desse modo, o software construiu a Figura 2, que será analisada adiante.

Na Figura 2 é possível observar que a palavra “cabelo” ocupa um lugar central no discurso dos entrevistados, ou seja, é desta palavra que todas as outras partem, de modo que ela tem o maior número de co-ocorrências. Pode-se adicionar a este o fato de que nove dos dez participantes iniciaram a primeira partida do jogo com uma pergunta sobre o cabelo das figuras. Esses dados demonstram que o cabelo ocupa papel central quando se trata de referenciar características físicas.

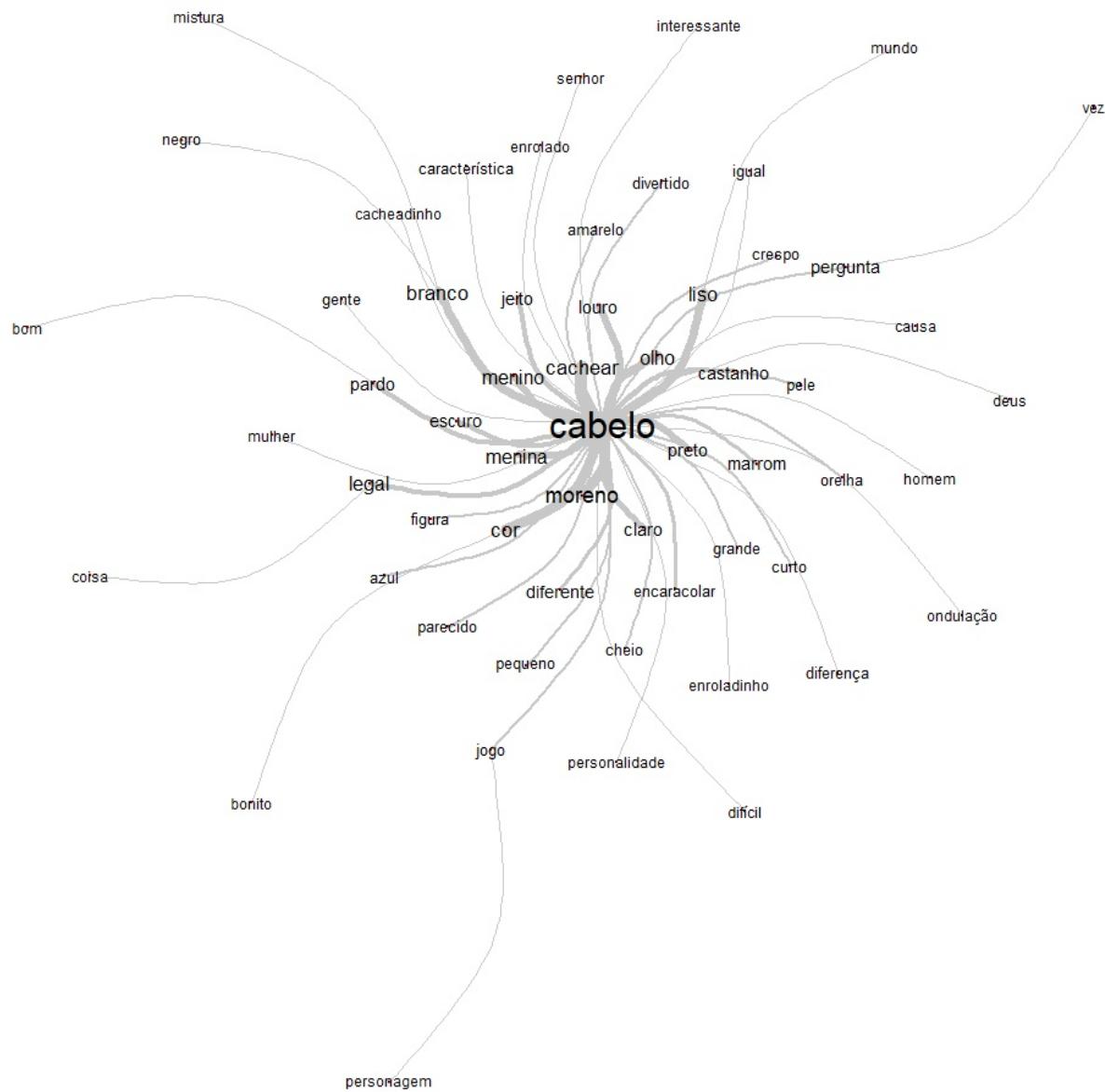
Em seguida, percebe-se que os primeiros termos orbitando em torno da palavra cabelo são “moreno”, “olho”, “cor”, “menina”, “menino”, “cachear”, “escuro”, “castanho”, “preto” e “claro”. Cada um deles se ramifica para os extremos da Figura 2, acenando o caminho lógico que foi percorrido pelos(as) participantes até a descoberta da personagem sorteada.

Confirma-se, portanto, que a única estratégia por eles utilizada para



ganhar o jogo era eliminar as figuras a partir de perguntas sobre as características fenotípicas dos personagens, em especial o cabelo, a pele, o gênero e os olhos.

Figura 2 - Gráfico de similitude gerado a partir de relatos espontâneos durante as partidas e entrevistas



Fonte: dados da pesquisa.



Assim, as dez palavras mais frequentes foram: “cabelo” (173), “moreno” (45), “cor” (40), “cachear” (36), “branco” (32), “legal” (26), “liso” (25), “menina” (25), “olho” (25) e “pardo” (25). O gráfico de similitude e a frequência dos termos revela que, em uma situação em que basicamente só é possível se utilizar da observação sobre cabelos, olhos e tons de pele para se referir às figuras, recorre-se massivamente aos cabelos e suas diferentes texturas.

Cabe, então, avançar um pouco mais na análise do uso dado à segunda palavra mais frequente. Como já mencionado, as texturas dos cabelos foram bastante utilizadas para encontrar a figura sorteada. Assim, houve 42 aparições de diferentes palavras que se referiam explicitamente ao cabelo encaracolado, sendo elas: cacheado (36), cacheadinho (5) e cacho (1); 26 referentes ao cabelo liso, sempre com a própria palavra; 18 vezes houve referência, de alguma forma, ao cabelo crespo, sem mencionar especificamente este termo: cheio (12), estufado (2) e black-power (2); houve ainda: ondulação (4), ondulado (2), onduladinho (1). Houve 19 palavras mencionadas no diálogo ao longo do jogo que fazem referência às texturas: encaracolado (10), dobrinhas (1), enrolado (4), enroladinho (4). Apenas em cinco ocorrências foi utilizada a palavra crespo.

Pode-se observar que houve bastante variação e ambiguidade no uso dos termos referentes às características do espectro negroide - a palavra “moreno” é mencionada 45 vezes, a segunda maior frequência - mas, apesar disso, o cabelo cacheado foi o mais referenciado.

Em síntese, os dados apontam para um silenciamento em relação à palavra “crespo” e “negro”, fato que não ocorre quando havia necessidade de se referir a “liso” ou “branco”, indicando uma tendência para os fenótipos sobre o cabelo serem preponderantes nas análises. Passaremos, agora, às reflexões acerca dos dados produzidos.

2.1. Discussão

O cabelo com características fenotípicas negroides tem se mostrado um ponto de resistência e de enfrentamento ao racismo. Gomes e Kanamuru (2024) discutem a importância do cabelo crespo como elemento que comunica e identifica social e culturalmente as pessoas que o possuem e o assumem. A necessidade de apagar este traço ou a construção de olhar pejorativo sobre o cabelo crespo traz uma violência simbólica, desnudando estruturas invisíveis de poder. Assim, ao ludicamente jogar, ter que usar a palavra “cacheado” e suas variações para nomear um cabelo que talvez já não seja mais chamado de “ruim”, não chega a ser um avanço, mas possivelmente um mascaramento da realidade, dificultando ainda mais a construção de uma educação antirracista.

Figueiredo (2002) e Silva (2019) apontam que o cabelo tem ocupado cada



vez mais espaço no cenário social e no debate racial, sendo um importante receptáculo de significações. Os achados da presente pesquisa corroboram com outros estudos similares (Figueiredo, 2002; Oliveira; Matos, 2019; Pires; Mocellin, 2016; Silva, 2019) e denotam a necessidade de que pesquisadores e profissionais utilizem o cabelo como via para investigação e para intervenção antirracista, devido à sua ampla função social. Ele é utilizado em amplo espectro - desde a manutenção do racismo até à luta contra ele - passando pela melhora da autoestima daqueles que possuem cabelos cacheados e crespos, como também refletido por Mendonça, Santos e Silva (2021).

Cabe agora atender aos demais objetivos desta pesquisa, que eram analisar o sentido atribuído às palavras utilizadas para se referir aos traços físicos das personagens e verificar a existência de expressões de racismo no discurso dos participantes. Aqui foi utilizada a Análise do Discurso que permitiu incluir os aspectos ideológicos e inconscientes que se mostraram nas falas dos sujeitos, mas que, para além disso, são expressões sócio-históricas (Orlandi, 2005; 2007a; 2007b).

O corpus para análise foi obtido a partir das transcrições literais das entrevistas realizadas imediatamente após a vivência lúdica. Quando indagados(as) sobre o que haviam achado do jogo, oito das dez crianças trouxeram falas que exaltavam a diversidade das figuras como: “todos são bonitos. Eles são bonitos por dentro e por fora.” (Participante 1), ou então o que disse o Participante 2:

tipo, eu achei isso super interessante, por causa da diferença deles, que nem todos são iguais. Tem um que é moreno, tem um que é branco, tem um que tem o cabelo cacheado. Tem um que tem o cabelo liso, entendeu?

Isoladamente essas falas parecem remeter à defesa da igualdade racial e talvez no intradiscursso seja exatamente isso, no entanto, o interdiscursso nos sugere que essas falas não se afastam da ideologia da democracia racial (Bisol, 2020), visto que historicamente a valorização da diversidade racial no Brasil está fundada no racismo e enseja sua negação. Esta estratégia produz a falsa ideia de que, neste país, não há preconceito racial, o que fica materializado no corpus de análise da Participante 5:

isso parece mais ou menos o Brasil, que é uma mistura de raças. Veio alemão, portugueses, espanhol... todos. E em alguns países são proibidos os negros, esses... os africanos. Muitos países são mais ou menos descapacitados para aceitar outras raças. Acho isso uma injustiça, né? Por causa que todos nós somos iguais e temos os mesmos direitos.



Esta formação discursiva carrega o mesmo sentido de exaltação às diferenças das falas anteriores, mas traz uma informação nova, demonstrando um início de ruptura no processo de significação, quando reflete que alguns países não são capacitados para conviver com os negros. Entretanto, ao comparar a miscigenação brasileira com a folha do jogo – que, como descrito anteriormente, possui variações de cores de pele e de cabelo e de textura dos fios – a participante deixa transparecer que percebe o Brasil diferentemente desses outros países, exaltando, assim, a diversidade racial local e a receptividade do país com os africanos e seus descendentes. Desse modo, o racismo é afastado da sua realidade, visto que o que ela observa é o acolhimento a todos os povos.

Este recorte evidencia o sucesso da ideologia da democracia racial, que atravessa o século XX e continua sendo reproduzido nos dias atuais. Como se tratava de uma pesquisa, não houve interferência no pensamento da participante, mas é possível aventar a hipótese de que este pode ser um recurso viável para educadoras(es) poderem discutir as questões inter raciais a partir do nível de compreensão de cada criança.

O Participante 10 também apresenta um relato sobre racismo. Ele afirmou que “[...] tem muita gente que não gosta de negro por conta que tem cabelo cacheado, tem muita gente que não gosta de negro por conta que antigamente a escravidão era com os negros”. Desta vez, o sujeito aponta as origens históricas do racismo e o coloca mais próximo de si, visto que não o atribui apenas a países estrangeiros, no entanto, ao utilizar a expressão “tem muita gente” ainda situa o problema do racismo como uma questão de outras pessoas no qual não há envolvimento pessoal, seja como vítima, seja como autor. Esta situação também é apontada na revisão de literatura, que traz esta característica brasileira no trato das questões raciais (Dahia, 2010; Vrijdags; Lima; Vala, 2004; Pereira; Torres; Almeida, 2003; Pires, 2010).

Quanto a isso, percebe-se que a palavra “moreno” foi utilizada em figuras diversas, pois ora se referia às figuras pardas, ora às pretas, ora a ambas. Um exemplo se dá na discursividade da Participante 3, que é encerrada apontando para uma figura de pele preta: “Essa menina é moreninha. Moreninha assim é... é... por pele. Morena assim, pele mais escurinha. Tipo assim, com a pele mais escura. Assim oh! pele mais escurinha.” Já o Participante 10 indagou durante o jogo: “É moreno? Moreno escuro ou moreno claro?”. A Participante 2 fez um uso diferente, como se observa aqui: “[...] moreno [...] é uma pessoa mais escura, porque tem branco que é aquela pessoa mais clara. Tem pardo que é aquela mistura de branco e moreno. E tem moreno que é aquela pessoa que é mais escura”.

Aqui, tal e qual em Maio et al. (2005), foram encontradas diferentes formas



de nomear um mesmo tom de pele. Apesar do termo “moreno” apresentar essa gama de fenótipos, o mesmo fenômeno não ocorreu com as palavras “branco” (32), “pardo” (25) e “negro” (12). Ao fazer uso delas os(as) participantes mantiveram a coerência entre o adjetivo e a cor da figura.

Ao falarem “moreno” (45), os(as) participantes escolheram, ainda que inconscientemente, não dizer qualquer outro adjetivo, de modo que nessas ocasiões estão operando simultaneamente a ideologia advinda da política de branqueamento (Hofbauer, 2006; Santos; Maio, 2004), com o objetivo de afastar pardos e pretos da negritude, além do silenciamento censurador (Orlandi, 2007b; Tfouni, 2008). A ocorrência da palavra “negro” é de apenas 12 vezes, sendo muito baixa em relação aos outros termos que se referem à cor de pele. No jogo, há igual número de figuras para todas as cores de pele e, jogando três partidas, poderia haver uma distribuição igualitária dos vocábulos, se não houvesse uma ideologia imperando nas escolhas.

É nesta direção que Castillo (2013) aponta que, por ser um elemento socialmente marcado, tudo aquilo que é do negro se torna um tabu, por isso não se aceita e não se fala sobre ele, logo, não se pode sequer nomeá-lo. Diante disso, as crianças do estudo citado utilizavam outras denominações para se referir à raça negra como estratégia de fuga desse enfrentamento direto do tabu racial, movimento similar ao aqui encontrado na utilização da palavra “moreno”, para se referir tanto ao tom de pele escuro, quanto ao intermediário. Como denuncia Pinheiro (2023a), no Brasil o que conta é a leitura estética social, ou a leitura do fenótipo (p. 67).

De modo geral, vê-se que esta repetição do discurso pró igualdade e do respeito às diferenças, quando feita de modo pouco reflexivo, não produz deslocamento discursivo, muito pelo contrário, engendra silêncios censuradores. As políticas educacionais precisam, em razão de todas as argumentações aqui discutidas, ser implementadas a partir não apenas de um aprofundamento teórico, mas do enfrentamento das próprias crenças e preconceitos. Essas falas expõem a forte contradição que caracteriza o racismo brasileiro. Fernandes e Pereira (2019) afirmam que, ao mesmo tempo em que as pessoas atestam que o preconceito racial existe, elas negam a sua existência ao defender que não há diferenças entre as raças. Isso permite dizer que o discurso da democracia racial não tem contribuído para diminuição da discriminação, ao contrário disso, tem servido para encobri-la.

Todos os relatos verbais coletados ao longo das partidas do jogo Cara-a-Cara aconteceram espontaneamente, sem o uso de nenhuma pergunta voltada para estas questões. O disparador parece ter sido o próprio jogo, que continha desenho de rostos com diferentes fenótipos.

O recurso contribuiu para a criação de um espaço lúdico e confortável para



as(os) participantes. Isso pode ser demonstrado pelo uso da palavra “legal” (26), que foi a quinta mais citada e esteve presente no discurso de nove das dez crianças. Mais um exemplo disso é a fala do Participante 2: “Gostei. Eu achei interessante porque tipo assim... é tipo um enigma você vai fazendo as perguntas e vai botando os ‘x’, aí dá pra descobrir qual é a pessoa que você sorteou”.

Considera-se, portanto, que o instrumento utilizado foi disparador espontâneo de discussões no campo dos estudos sobre raça, uma vez que a ludicidade envolveu as(os) participantes, aumentando a possibilidade de ter captado o pensamento e as opiniões delas, acessando expressões de racismo.

Por tratar-se de um estudo qualitativo, não havia intenção de realizar generalizações; procurávamos um aprofundamento em relação ao discurso das crianças sobre as características fenotípicas. Ainda assim, futuros estudos envolvendo professoras e professores ao jogar, bem como uma replicação para outras realidades poderiam lançar novos olhares para a questão. Atravessamentos como condição socioeconômica, regiões do Brasil, diferenças entre escolas públicas e particulares, além da idade dos(as) participantes podem ser novas investigações que contribuirão com a questão. A visão que cada criança tinha sobre suas próprias características fenotípicas não foi investigada e, provavelmente, traria mais dados à discussão. Uma triangulação metodológica abarcando observação participante, por exemplo, pode ampliar a produção de dados.

Passaremos agora para um foco na prática profissional, seja voltada para educadoras e educadores, seja para quem atua com Psicologia Escolar e/ou formulação de políticas públicas.

3. Um Olhar Atento para a Educação Antirracista

Ao constatar a presença de participantes da pesquisa com um intradiscurso aparentemente antirracista, também foi possível destacar, ao longo da discussão, vários silenciamentos e a discrepancia entre as falas aprendidas de modo superficial e as crenças compartilhadas. A história da escravidão vem à tona, demonstrando um esforço, mesmo que pífio, de trabalhar questões complexas como o racismo estrutural.

Ainda assim, por vezes, ações pontuais podem não construir, junto a estas crianças, a possibilidade de assumirem confortavelmente os dizeres que se referem aos traços fenotípicos negroides; também podem não construir olhares



mais atentos, de modo que o resultado de ações pontuais pode estar fortalecendo os silenciamentos e dificultando uma transformação efetiva. Nessa mesma direção, o projeto escolar “não existe lápis cor da pele”, relatado por Xavier Filho e Mendonça (2023), reflete acerca do papel do(a) educador(a), problematizando uma ação comprometida e cotidiana, necessária ao combate ao racismo. Como ficam, então, as possibilidades de práticas efetivas voltadas para uma educação antirracista?

Apesar de sermos contrárias a um posicionamento ético que formule manuais ou protocolos, porque acabam sendo colonizadores na medida em que desconsideram as singularidades, é possível levantar pontos reflexivos que podem iluminar políticas educacionais. Há alternativas aventadas na literatura advindas de diferentes epistemologias.

Gomes e Herneck (2024), por exemplo, discutem, pela via da esquizoanálise, um devir dos processos de singularização dos processos de subjetivação para se opor à produção de subjetividades racistas. No jogo Cara-a-Cara, devido às regras, o êxito ou fracasso são colocados como individuais, seja na versão em que a criança objetiva descobrir a carta na mão do oponente, seja competindo com ele, tendo ambos uma carta na mão a ser descoberta pelo adversário. Tal situação, mesmo que ainda centrada em um modo eurocêntrico, pode ser usada como estratégia para que as crianças e adolescentes tomem consciência de suas crenças e dificuldades quanto ao enfrentamento do racismo. Para além do instrumento em si, o que pode influenciar a atuação em uma prática antirracista é a habilidade, a formação e a disponibilidade da professora ou do professor que intervém na sala de aula.

A partir de uma visão pós-estruturalista da Educação, Crisostomo (2024) discute o fenômeno do autoritarismo e da seminformação como pilares para a construção e manutenção da discriminação, inclusive a ético-racial, presente na sociedade. Ele sugere que um aprofundamento estético e ético sobre o contexto acadêmico (que forma educadoras e educadores), social (que inclui todos as tessituras e tensionamentos históricos) e escolar (que forma e transforma as pessoas) pode romper com esta estrutura autoritária que ajuda a manter a situação do racismo. Nossa leitura de sua proposta alcança reflexões sobre a possibilidade de projetos multi e interdisciplinares, construindo com intenção uma educação antirracista.

Considerando outra epistemologia, Pinheiro (2023b) apresenta, ao discutir práticas para uma educação antirracista, o que ela chama de “caminhos emancipatórios” (p. 18), considerando uma filosofia Ubuntu. Neste caso, a transformação é profundamente arraigada no projeto político pedagógico da escola, uma vez que a relação entre “eu” e “nós” não se processa de forma distanciada, como no pensamento ocidental. A união é considerada entre a



natureza e o que chamamos de “os outros”, formando uma unidade, ou seja, uma cosmovisão unívoca, que não separa “eu” e “nós”. O texto que ora apresentamos, os dados que produzimos e discutimos são voltados também para aquela educadora ou educador que não se encontra em uma escola pautada em uma filosofia não ocidentalizada.

A citada autora discute que a nossa sociedade - ocidental, brasileira - é centrada no homem branco; especialmente o corpo branco, cis, falocêntrico, capacitista e gordofóbico, e denuncia que tudo que está fora desta representação é visto como “menos humano” (p. 118). Esta é a dor que comparece por meio de silenciamentos quando crianças, ao jogar o Cara-a-Cara, não se sentem à vontade para falar com orgulho termos como “negro” e “crespo”. O termo “moreno” parece demonstrar um cuidado para não ofender a personagem do jogo, ou a si mesma, ao refletir uma imagem negroide. Imaginem a discussão que uma ferramenta assim, quando trabalhada com responsabilidade, pode gerar em uma sala de aula? Mesmo em uma escola ou um município que não abarque filosofias africanas. Também outras variações são possíveis, a depender dos traços que possam ser incluídos em cada personagem e do objetivo da pessoa adulta que propõe a intervenção.

Considerações finais

A existência do racismo nas expressões linguísticas encontradas nesta pesquisa se apresentou nos casos em que houve branqueamento, ao se utilizarem da palavra “moreno” para se referirem às figuras negras (pardas e pretas) e na baixa ocorrência do vocábulo “negro”. No entanto, as fissuras, o silêncio e o uso recorrente da ideologia da democracia racial expõem o racismo não como uma prática tão somente individual, mas como um movimento que está no inconsciente dos brasileiros.

A associação entre as ideologias da democracia racial e do branqueamento produziu uma lógica de afastamento da negritude que resulta em uma suposta redução do racismo, quando na verdade o que ocorre é o silenciamento de sua expressão. Quando a instituição escola, em toda sua potência, participa destes movimentos silenciadores, ela acaba por dificultar o enfrentamento ao racismo. Na prática isso atravessa sujeitos que são atingidos por esse mecanismo, mas que não conseguem nomeá-lo. Há quem se utilize dessa lógica para continuar praticando racismo e usufruindo dos privilégios da branquitude, seja por meio de brincadeiras, apelidos ou desqualificação. Assim, violências podem ser associadas e muitas vezes são discutidas apenas como práticas superficiais, aparentemente inexplicáveis, mas que podem ter raízes de perpetuação ou fortalecimento nas próprias intervenções escolares.



Essas práticas revelam consonância com outra informação evidenciada na pesquisa: que o racismo, além de fazer parte do processo histórico brasileiro, tem lugar nas movimentações sociais, culturais e políticas atuais. Estes movimentos, por sua vez, estabelecem relações dialéticas com a realidade social e se retroalimentam no sentido de uma coprodução.

A ciência e a sociedade devem se preocupar em retirar a questão do racismo da invisibilidade e, sobretudo, da impessoalidade, para que possam caminhar na direção de construir uma conjuntura social mais igualitária. É, portanto, um movimento ético e político necessário a todos(as/es), para que seja possível gerar contribuições e subverter realidades instituídas de modo fragmentário e excludente. Uma forma de acessar esta questão, principalmente com crianças, é utilizar jogos também para intervenções que levem a uma fruição do discurso e à historicização da questão racial, a fim de romper com o já estabelecido e fazer fissura nos atravessamentos sociais relacionados às práticas de racismo.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. 1.ed. São Paulo, SP: Ed. Jandaíra, 2019.

BATISTA, Michelangelo Henrique. Ideologia e política do branqueamento: ações e legislações intencionalmente racistas na gênese do estado brasileiro. **Revista de Comunicação Científica-RCC**, maio/ago., v. I, n. 12, p. 08-27, 2023.

BENTO, Maria Aparecida (Org.). **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

BISOL, Benedetta. Racismo, corpo e liberdade: a filosofia do hitlerismo no Brasil hoje. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, ano 1, n. 76, p. 126-141, maio-ago, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v1i76p126-141>. Acesso em: 19 fev. 2025.

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. **Tutorial para uso do software de análise textual IRAMUTEQ**. Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição, Santa Catarina: UFSC, 2018. Disponível em: tutoriel-portugais-22-11-2018.iramuteq.org. Acesso em: 29 ago. 2024.

CASTILLO, Sandra Soller. Entre negro oscuro y moreno claro: discursos e identidades étnicas en niños y niñas afrodescendientes en contexto escolar en Bogotá. **Educar em Revista**, Curitiba, ano 47, p. 111-143, jan-mar, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40602013000100009>. Acesso em: 29 ago. 2024.



CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Resolução 510**. Brasília, 2016. Disponível em: Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016 — Conselho Nacional de Saúde. Acesso em: 19 fev. 2025.

CRISOSTOMO, Alessandro Lombardi. Intersecções entre autoritarismo, semiformação e discriminação inerentes à experiência educacional brasileira. **Olhares**: Revista do Departamento de Educação da Unifesp, Guarulhos, v. 12, n. 1, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.34024/olhares.2024.v12.15819>. Acesso em: 29 ago. 2024.

CUNHA, Amanda. A Linha que nos Divide: o teatro negro racializando a branquitude. **Revista Brasileira de Estudos da Presença**, Porto Alegre, v. 15, n.1, 2025. <https://doi.org/10.1590/2237-2660136932vs01>. Acesso em: 17 fev. 2025.

DAHIA, Sandra Leal de Melo. Riso: uma solução intermediária para os racistas no Brasil. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, ano 10, n. 2, p. 373-389, 2010. Disponível em: Riso: uma solução intermediária para os racistas no Brasil (bvsalud.org) Acesso em: 29 ago. 2024.

FERNANDES, Sheyla; PEREIRA, Marcos E. Atitudes étnico-raciais: elaboração e evidências de validade de uma medida do racismo à brasileira. **Psico**, Porto Alegre, ano 50, n. 4, p. 1-10, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-8623.2019.3.28544>. Acesso em: 29 ago. 2024.

FIGUEIREDO, Ângela. Cabelo, Cabeleira, Cabeluda e Descabelada: Identidade, Consumo e Manipulação da Aparência entre os Negros Brasileiros. In: **XXVI Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**, Caxambu, 2002. Disponível em: Angela Figueiredo - Cabelo, Cabeleira, Cabeluda e descabelada - Baixar pdf de Doceru.com. Acesso em: 19 fev. 2025.

GOMES, Beatriz; HERNECK, Heloísa Raimunda. Relações étnico-raciais e produções de estereótipos e subjetividades racistas: pensando chaves interpretativas não eurocentradas. **Faces de Clio**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 65-80, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.34019/2359-4489.2024.v10.41878>. Acesso em: 17 fev. 2025.

GOMES, Edilene Pimentel, KANAMARU, Antonio Takao. O cabelo crespo na moda: desconstrução dos estereótipos eurocêntricos. **Arcos Design**, Rio de Janeiro, v. 17, n 2, 496-514, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/arcosdesign.2024.81655>. Acesso em: 29 ago. 2024.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e antirracismo no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Editora 34, 1999.



HOFBAUER, Andreas. Ideologia do Branqueamento: Racismo à brasileira. **Atas do VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**. Porto, 2000.

HOFBAUER, Andreas. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão**. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

LIMA, Marcus Eugênio Oliveira; VALA, Jorge. As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. **Estud. Psicol.**, Natal, ano 9, n. 3, p. 401-411, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2004000300002>. Acesso em: 29 ago. 2024.

MAIO, Marcos Chor et al. Cor/raça no Estudo Pró-Saúde: resultados comparativos de dois métodos de autoclassificação no Rio de Janeiro, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, ano 21, n. 1, p. 171-180, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2005000100019>. Acesso em: 29 ago. 2024.

MARQUES JUNIOR, Joilson Santana. Racismo no Brasil e racismo à brasileira: traços originários. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, Ano XXIV, v. 24, n. 50, p. 63-82, mai-ago, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.17771/PUCRio.OSQ.52260>. Acesso em: 17 fev. 2025.

MÁXIMO, Thaís Augusta Cunha Oliveira et al. Processos de identidade social e exclusão racial na infância. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 18, n. 3, p. 507-526, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2012v18n3p507>. Acesso em: 29 ago. 2024.

MENDONÇA, Erika; SANTOS, Suely; SILVA, Tarcia. Negro, criança, cabelo de mola: aqui você não entra! (?). **Ráido**, Dourados, v. 15, n. 37, p. 146-162, 2021. <https://doi.org/10.30612/raido.v15i37.14641>. Acesso em: 17 fev. 2025.

MODESTO, João Gabriel et al. Racismo e políticas afirmativas: evidências do modelo da discriminação justificada. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 33, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102.3772e3353>. Acesso em: 29 ago. 2024.

MUNANGA, Kabengele. **Redisputando a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. 5.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2024.

OLIVEIRA, Aryanne Pereira de Oliveira; MATTOS, Amana Rocha. Identidades em transição: narrativas de mulheres negras sobre cabelos, técnicas de embranquecimento e racismo. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 445-463, maio-ago., 2019. Disponível em: Identidades em transição: Narrativas de mulheres negras sobre cabelos, técnicas de embranquecimento e racismo (bvsalud.org). Acesso em: 29 ago. 2024.



ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. 8.ed. Campinas, SP: Pontes, 2009.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As Formas do Silêncio**: no Movimento dos Sentidos. 6.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007a.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 5.ed. Campinas, SP: Pontes, 2007b.

PEREIRA, Cicero Roberto; TORRES, Ana Raquel Rosas; ALMEIDA, Saulo Teles. Um estudo do preconceito na perspectiva das representações sociais: análise da influência de um discurso justificador da discriminação no preconceito racial. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, ano 16, n. 1, p. 95-107, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-79722003000100010>. Acesso em: 29 ago. 2024.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Querido estudante negro**. 1.ed. São Paulo: Planeta, 2023a.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista**. 1.ed. São Paulo: Planeta, 2023b.

PIRES, Ana Maria Lacerda Teixeira. El prejuicio racial en Brasil: medidas comparativas. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, ano 22, n. 1, p. 32-42, abr., 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822010000100005>. Acesso em: 29 ago. 2024.

PIRES, Karen Tolentino; MOCELLIN, Maria Clara. Manipulando cabelos e identidades: um estudo com mulheres negras em Santa Maria-RS. **Rev. África e Africanidades**, Rio de Janeiro, v.9, n.21, jan-abr., 2016. Disponível em: 0120210042016 (africaeafricanidades.com.br). Acesso em: 29 ago. 2024.

SACCO, Airi; COUTO, Maria Clara; KOLLER, Silvia. Revisão sistemática de estudos da psicologia brasileira sobre preconceito racial. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 24, n. 1, p. 233-250, mar. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.9788/TP2016.1-16>. Acesso em: 29 ago. 2024.

SANTOS, Ricardo Ventura; MAIO, Marcos Chor. Qual "retrato do Brasil"? Raça, biologia, identidades e política na era da genômica. **Maná**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 61-95, abr. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-93132004000100003>. Acesso em: 29 ago. 2024.

SCHUCMAN, Lia Vainer; MARTINS, Hildeberto Vieira. A Psicologia e o Discurso Racial sobre o Negro: do “Objeto da Ciência” ao Sujeito Político. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v.37, n. esp., p. 172-185, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982->



3703130002017. Acesso em: 17 fev. 2025.

SILVA, Gleicy Mailly. Corpo, política e emoção: feminismos, estética e consumo entre mulheres negras. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v. 25, n. 54, p. 173-201, maio-ago., 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832019000200007>. Acesso em: 29 ago. 2024.

SOUZA, Maria Aparecida Rocha et al. O uso do software IRAMUTEQ na análise de dados em pesquisas qualitativas. **Rev. esc. enferm.** USP, São Paulo, ano 52, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1980-220X2017015003353>. Acesso em: 29 ago. 2024.

TFOUNI, Fabio Elias Verdiani. Interdito e o silêncio: duas abordagens do impossível na linguagem. **Ling. (dis)curso**, Santa Catarina, v. 8, n. 2, p. 353-371, maio-ago. 2008. Disponível em: zLemD 8-2 [diagramada]3.pdf (scielo.br) Acesso em: 29 ago. 2024.

VRIJDAGS, Amanda Cezar; FERNANDES, Sheyla Cristine Santos. Introjeção de Normas Sociais e Expressão Indireta de Preconceito em Crianças. **Rev. Psicol. IMED**, Passo Fundo, v. 9, n.2, p.42-60, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.18256/2175-5027.2017.v9i2.2026>. Acesso em: 29 ago. 2024.

XAVIER FILHO, José Luiz; MENDONÇA, Erika de Sousa. Educação antirracista e o compromisso ético-político da educação: não existe lápis cor de pele. **Convergências: estudos em Humanidades Digitais**. Goiânia, v. 1, n. 2, p. 192-145, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.59616/cehd.v1i2.110> Acesso em: 17 fev. 2025.

Recebido em: 30/08/2024

Aceito em: 19/02/2025